ReGeo
ISSN: 2177-3246

O AJUSTE FISCAL ULTRA NEOLIBERAL E O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

THE ULTRA-NEOLIBERAL FISCAL ADJUSTMENT AND THE FINANCING OF STUDENT ASSISTANCE POLICY AT THE FEDERAL INSTITUTE OF GOIÁS

EL AJUSTE FISCAL ULTRANEOLIBERAL Y LA POLÍTICA DE FINANCIACIÓN DE LA AYUDA ESTUDIANTIL EN EL INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-077

Data de submissão: 07/07/2026 **Data de publicação:** 07/08/2026

Daniela Kedna Ferreira Lima
Mestre em Serviço Social
Instituição: Pontifícia Universidade Católica (PUC) - Goiás
E-mail: daniela.lima@ifg.edu.br

Juliana Paula Martins
Especialista em Periodontia
Instituição: Faculdades Integradas do Norte de Minas (FUNORTE)
E-mail: juliana.martins@ifg.edu.br

Juarez Rodrigues dos Santos
Mestre em Contabilidade e Finanças
Instituição: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) - Portugal
E-mail: juarez.santos@ifg.edu.br

Ieda Vilela Machado
Especialização em Educação Pré-Escolar
Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion
E-mail: ieda.machado@ifg.edu.br

RESUMO
O presente artigo analisa os impactos do ajuste fiscal ultra neoliberal sobre o financiamento da política de assistência estudantil no Brasil, com ênfase no Instituto Federal de Goiás (IFG). Parte-se de uma abordagem histórico-crítica que retoma a crise do regime fordista-keynesiano e a ascensão do neoliberalismo, compreendendo o Estado como instância contraditória atravessada pela luta de classes. Discute-se o papel do fundo público enquanto espaço estratégico de disputa, evidenciando sua crescente apropriação pelo capital financeiro em detrimento da efetivação de direitos sociais. A partir de dados extraídos do sistema SIGA Brasil (2016–2025), analisa-se a destinação de recursos à assistência estudantil no IFG. Os resultados indicam estabilidade nominal dos recursos, que, diante da ampliação das demandas sociais, implica perda real de capacidade de atendimento. Conclui-se que o ajuste fiscal expressa um projeto societário que restringe direitos sociais e subordina as políticas públicas à lógica da acumulação capitalista.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Fundo Público. Ajuste Fiscal. Políticas Sociais. Assistência Estudantil.

ABSTRACT
This article analyzes the impacts of ultra-neoliberal fiscal adjustment on the financing of student assistance policies in Brazil, with an emphasis on the Federal Institute of Goiás (IFG). It begins with a historical-critical approach that revisits the crisis of the Fordist-Keynesian regime and the rise of neoliberalism, understanding the State as a contradictory instance traversed by class struggle. The role of public funds as a strategic space of dispute is discussed, highlighting their increasing appropriation by financial capital to the detriment of the realization of social rights. Using data extracted from the SIGA Brasil system (2016–2025), the allocation of resources to student assistance at IFG is analyzed. The results indicate nominal stability of resources, which, given the expansion of social demands, implies a real loss of service capacity. It concludes that fiscal adjustment expresses a societal project that restricts social rights and subordinates public policies to the logic of capitalist accumulation.

Keywords: Neoliberalism. Public Funds. Fiscal Adjustment. Social Policies. Student Assistance.

RESUMEN
Este artículo analiza los impactos del ajuste fiscal ultraneoliberal en el financiamiento de las políticas de asistencia estudiantil en Brasil, con énfasis en el Instituto Federal de Goiás (IFG). Parte de un enfoque histórico-crítico que retoma la crisis del régimen fordista-keynesiano y el auge del neoliberalismo, entendiendo al Estado como una instancia contradictoria atravesada por la lucha de clases. Se discute el papel de los fondos públicos como un espacio estratégico de disputa, destacando su creciente apropiación por parte del capital financiero en detrimento de la realización de los derechos sociales. Utilizando datos extraídos del sistema SIGA Brasil (2016-2025), se analiza la asignación de recursos a la asistencia estudiantil en el IFG. Los resultados indican una estabilidad nominal de los recursos, lo que, dada la expansión de las demandas sociales, implica una pérdida real de capacidad de servicio. Se concluye que el ajuste fiscal expresa un proyecto social que restringe los derechos sociales y subordina las políticas públicas a la lógica de la acumulación capitalista.

Palabras clave: Neoliberalismo. Fondos Públicos. Ajuste Fiscal. Políticas Sociales. Asistencia Estudiantil.

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura contemporânea do capitalismo, caracterizada pela intensificação da financeirização e pela hegemonia do ultraneoliberalismo, tem representado mudanças significativas no que se refere a configuração do Estado e, especialmente, sobre o financiamento das políticas sociais.

Nesse sentido, este artigo tem como tema o ajuste fiscal ultraneoliberal e como objeto de estudo a análise do financiamento da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Goiás (IFG), com foco no Campus Aparecida de Goiânia. Tem-se como ponto de partida o entendimento de que o Estado não se constitui em um espaço neutro, pelo contrário, é atravessado por disputas de classe que se concretizam na definição das prioridades orçamentárias.

O problema que direciona este estudo se pauta na contradição entre a ampliação das demandas sociais por acesso e permanência nos espaços de educação pública e a sustentação/restrição dos recursos financeiros destinados a serem gastos com a assistência estudantil em um cenário de austeridade fiscal. Busca-se entender, dessa forma, em que alcance o ajuste fiscal neoliberal tem impactado o financiamento dessa política e quais são os seus reverberamentos para garantir o direito à educação aos estudantes da classe trabalhadora. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, ancorada na teoria social crítica. No plano teórico, realiza-se revisão sistemática da literatura sobre a crise do regime fordista-keynesiano e a consolidação do neoliberalismo, com ênfase nas transformações do Estado e na reconfiguração do fundo público.

No plano empírico, a pesquisa baseia-se em dados extraídos do SIGA Brasil, referentes à execução orçamentária da assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Goiás, no período de 2016 a 2025. Os dados são tratados por meio de procedimentos de sistematização, agregação e análise temporal, permitindo examinar a evolução do volume de recursos, sua distribuição ao longo do período e eventuais inflexões associadas ao contexto macroeconômico e às diretrizes de política fiscal. Quando pertinente, são mobilizados indicadores relativos (variação percentual, proporção no orçamento total, entre outros) para qualificar a análise.

A organização desse artigo se materializou em três seções: A primeira busca evidenciar a crise do regime fordista-keynesiano e a ascensão do neoliberalismo, demonstrando suas implicações na reconfiguração do Estado. Na segunda seção, discute-se acerca do fundo público enquanto espaço de disputa de classes, destacando sua exponencial apropriação pelo capital financeiro. Na terceira seção, são exibidos e analisados os dados que se referem ao financiamento da política de assistência estudantil no âmbito do IFG e campus Aparecida de Goiânia. Os resultados demonstram uma estabilidade financeira dos recursos destinados à assistência estudantil que, diante do aumento das demandas sociais, reflete uma perda real de capacidade de atendimento das necessidades postas. Por fim, as

considerações desse artigo retomam os principais achados desse estudo e permitem inferir que o ajuste fiscal se configura como estratégia de restrição de direitos e de subordinação das políticas sociais, dentre elas a de assistência estudantil, à lógica da acumulação capitalista.

Nesse momento histórico de aprofundamento e intensificação das desigualdades sociais e de retração dos investimentos públicos, analisar o financiamento dessa política possibilita demonstrar os limites impostos pela lógica fiscal e contribuir para o debate crítico no que se refere a efetivação dos direitos sociais da educação.

2 A CRISE DO FORDISMO/KEYNESIANISMO: A EMERSÃO DO NEOLIBERALISMO

Para compreender os impactos atuais do ajuste fiscal na implementação das políticas sociais, aqui particularmente na política de assistência estudantil, partiremos, nesse artigo, da discussão do regime de acumulação fordista-keynesiano. Esse regime amparou a expansão econômica do pós-guerra (1945), tendo estabelecido sua crise a partir do final dos anos 1960 e início de 1970. Também proporcionou crescimento econômico, urbanização e aumento do consumo por parte da classe trabalhadora, apesar de ter se dado de forma desigual entre os países periféricos (como o Brasil) e os países centrais, onde as mazelas sociais se intensificaram (Mota; Amaral, 2010).

Cabe ressaltar que o fordismo-keynesianismo se formou como um pacto social que possibilitou algumas concessões no que se refere a relação capital versus trabalho. De acordo com Mota e Amaral (2010) nos países centrais isso aconteceu através da elevação dos salários, conceção de políticas sociais mais abrangentes e aumento do consumo por parte das massas. Nas economias periféricas, como no Brasil, esse modelo foi aplicado de maneira limitada e subalterna, reproduzindo a dependência em relação ao capital internacional e acirrou as desigualdades estruturais.

No entanto, esse processo de incorporação de direitos acontece ao mesmo tempo em que as conquistas sociais são adaptadas para atender às demandas da acumulação. De acordo com Pereira (2019), a expansão das conquistas sociais esteve relacionada tanto à pressão da classe trabalhadora quanto à necessidade de garantir a reprodução ampliada do capital. Nesse contexto, as políticas sociais atuam como mediações contraditórias, pois atendem às necessidades da classe trabalhadora enquanto mantêm a estabilidade da ordem capitalista.

Ainda de acordo com Pereira (2019) o Estado, no capitalismo tardio, assume um papel ampliado na administração das contradições entre capital e trabalho. O autor destaca que a reestruturação estatal no fordismo envolveu tanto a criação das condições gerais de produção quanto a inclusão das classes dominadas na ordem estabelecida (Pereira, 2019). Nesse cenário, a afirmação de

direitos sociais no Estado de Bem-Estar não deve ser vista como uma superação da lógica do capital, mas como um reflexo da natureza contraditória do Estado social, que é pressionado pela luta de classes.

A crise do petróleo, a inflação e a cristalização econômica trouxeram à tona os limites do fordismo-keynesianismo. O pacto social fundamentado no pleno emprego e nas políticas sociais de bem-estar ficou insustentável, motivo pelo qual o capital se viu obrigado a buscar novas formas de reorganização tanto produtivas, quanto sociais (Mota; Amaral, 2010). Nesta seara, a crise manifestou o esgotamento do regime de acumulação do fordismo-keynesianismo, dando lugar a instauração de uma nova hegemonia no seio do capitalismo (Carcanholo; Baruco, 2005).

Cabe ainda ressaltar, que esse esgotamento não foi apenas no âmbito econômico, mas também político e ideológico. A referência de Estado que havia se firmado no pós-guerra (1945) passou a ser motivo de inquietação entre a burguesia, pois essa, via os gastos sociais e a ampliação dos direitos de trabalho como ameaças que poderiam atrapalhar a manutenção das taxas de lucro. Nesse sentido, a crise da década de 1970 propiciou o emprego de um discurso que era contra a intervenção estatal e a favor da centralidade do mercado como regulador da vida social (Carcanholo; Baruco, 2005).

Foi assim que o neoliberalismo se consolidou como uma resposta à crise, para além das imposições no campo econômico. Esse modelo reformulou o papel do Estado que passou a priorizar condições para a valorização do capital, principalmente através da financeirização (Carcanholo; Baruco, 2005). Seguindo essa premissa, as transformações da economia mundial agudizaram as desigualdades sociais e expandiram os mecanismos de concentração de renda (Paulani, 2009).

A reestruturação produtiva foi fator determinante nessa mudança. O emprego de padrões flexíveis de produção veio no lugar do rigor do modelo fordista, praticando novas formas de contratação e de intensificação do trabalho. Esse cenário deu lugar ao regime de acumulação flexível, fundamentado em inovações tecnológicas e na financeirização, mas também refletiu o desemprego estrutural, a precarização e o aumento das desigualdades sociais (Mota; Amaral, 2010).

Todo esse contexto de mudanças representou transformações latentes não só no campo econômico, mas tiveram rebatimentos significativos no campo social e político. O enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas, a fragmentação da classe trabalhadora, o aumento da informalidade demonstra como a acumulação flexível e o neoliberalismo reformularam intensamente a correlação de forças entre capital e trabalho, exacerbando a questão social e enfraquecendo os mecanismos de proteção conquistados anteriormente (Mota; Amaral, 2010).

Assim, a desarticulação atual da luta de classes não é apenas um fenômeno político, mas também um efeito estrutural da reestruturação do capitalismo sob a hegemonia financeira. A desvalorização do trabalho, a privatização de serviços e a erosão dos direitos sociais atuam

simultaneamente como instrumentos de valorização do capital e como elementos que enfraquecem a habilidade coletiva das classes trabalhadoras de enfrentar desafios.

3 O NEOLIBERALISMO E ULTRANEOLIBERALISMO NO BRASIL

O avançar do neoliberalismo também ditou novas formas de integração dos países periféricos no cenário internacional. Em se tratando do Brasil, as políticas de ajuste fiscal dos anos 1980 e 1990 foram implementadas com base numa forte influência que vinha do FMI e Banco Mundial, revelando um cenário em que o desenvolvimento nacional ficava subordinado aos ditames do capital financeiro internacional (Paulani, 2009).

Zulato (2010) assinala que o país adentrou na década de 1990 num quadro de grande instabilidade econômica, afetado pela hiperinflação, a crise da dívida externa e pelas tentativas frustradas de estabilização. Dessa forma, o presidente Fernando Collor de Mello (1989) implantou de forma mais evidente a execução do modelo neoliberal no país, através de um programa de abertura comercial, desregulamentações e privatizações. Esse mesmo governo promoveu um redirecionamento no que tangenciava ao papel do Estado, na defesa de que o Brasil deveria romper com o nacional-desenvolvimentismo que perdurou durante parte do século XX e integrar-se completamente ao capitalismo global. Essa conjuntura significou a passagem de uma política direcionada para a intervenção estatal e a proteção da indústria nacional para uma política fundamentada na liberalização econômica e tendo o mercado como central.

Conforme salienta Zulato (2010) ainda que algumas iniciativas de privatização já aparecerem desde os anos 1980, foi de fato nos anos de 1990 que o neoliberalismo ganhou solidez no Brasil. Ainda no governo Collor, aprovou-se o Programa Nacional de Desestatização (PND) que resultou em vários leilões de empresas estatais. Essa iniciativa foi intensificada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)- (1995-2002) -, quando setores estratégicos como telecomunicações, energia elétrica, transporte ferroviário e mineração foram privatizados. Nesse cenário a lógica que regia era a de atrair investimentos externos, promover a redução do Estado e transferir para a iniciativa privada setores que antes eram unanimemente geridos pelo poder público.

Como se percebe, no governo FHC a investida do neoliberalismo foi ainda mais impulsionada. De acordo com Zulato (2010) em 1995 foi lançado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que reestruturou a esfera pública. Esse documento dispunha acerca da redução do quadro de servidores públicos, a terceirização e a privatização dos serviços, além da criação de agências reguladoras independentes para supervisionar setores privatizados.

Além dos evidentes programas de privatizações (Zulato, 2010) aponta que a política econômica do período foi representada por medidas de austeridade fiscal. Uma medida promulgada nesse processo foi a Lei de Responsabilidade Fiscal que instituiu um regime de disciplina fiscal que condiciona a autonomia dos entes subnacionais ao cumprimento de metas e limites, especialmente no que se refere às despesas com pessoal e ao endividamento. Embora não estabeleça um teto global de gastos, a lei impõe restrições operacionais relevantes e reforça mecanismos de coordenação e controle federativo, ampliando a capacidade de indução da União sobre a gestão fiscal de estados e municípios. Essas prerrogativas, se por um lado visavam manter a estabilidade e atrair investimentos externos via demanda dos órgãos internacionais, enfraqueceu a capacidade do Estado de financiar políticas sociais de caráter universal e de sustentar investimentos em áreas estratégicas.

O neoliberalismo, por sua vez, foi exibido como a solução para a crise do Estado e da economia brasileira, tido como capaz de garantir a estabilidade monetária, crescimento econômico e inserção competitiva no mercado global. Contudo, em troca o que se teve foi o desmonte do patrimônio público e a redução das funções sociais do Estado, culminando em precarização das condições de vida da classe que vive do trabalho, aumento da dependência externa e aprofundamento das desigualdades sociais (Santos, 2011).

A crise financeira que ocorreu em 2008, marca um descaminho decisivo na dinâmica do capitalismo contemporâneo. De acordo com Tonelo (2019) o cerne dessa crise foi o mercado imobiliário norte-americano, organizado a partir das chamadas hipotecas subprime, destinadas a famílias de baixa renda e com baixo poder aquisitivo.

Essas hipotecas, de grande risco, foram transformadas em títulos financeiros por meio da securitização e revendidas a investidores em escala global, compondo um amplo circuito especulativo. Foi dessa maneira que um processo, inicialmente localizado de endividamento das famílias norte-americanas virou uma crise sistêmica internacional, com repercussões econômicas, políticas e sociais de grande amplitude (Tonelo, 2019).

Ainda segundo Tonelo (2019), o que ficou evidente foi a manifestação de um padrão próprio do capitalismo em sua fase neoliberal, densamente marcado pela financeirização. Esse processo remaneja capitais de setores produtivos saturados para esferas financeiras e especulativas, visando taxas mais elevadas de rentabilidade. Entretanto, o ilusório dinamismo do mercado imobiliário escondia o caráter fictício e instável desse crescimento, uma vez que estava calcado em dívidas impagáveis e em expectativas crescentes de valorização dos ativos.

De acordo com Bhering (2023), no momento em que a crise atingiu seu auge, os Estados foram chamados a intervir de forma acentuada para evitar a implosão do sistema financeiro. Dessa forma, a

expressão do neoliberalismo, que amparava a centralidade do mercado e o encolhimento do Estado, manifestou sua contradição estrutural. Na Europa e nos Estados Unidos os governos direcionaram um grande volume de recursos públicos para salvar bancos e grandes corporações, distribuindo as perdas e transferindo os custos da crise para o fundo público. Essa intervenção, ainda que eficientes para restaurar a confiança no sistema, simbolizou uma clara opção pela preservação dos interesses do capital financeiro em prejuízo das condições de vida da população trabalhadora.

A fase seguinte, entre 2010 e 2011, foi assinalada pela ampliação das políticas de austeridade, principalmente na Europa. De acordo com (Tonelo, 2019) essas medidas visavam cortes significativos de gastos com o social, contrarreformas trabalhistas e o aumento da carga tributária. Ao invés de estabilizar as economias, a austeridade agravou a recessão, ampliou o desemprego e intensificou a precarização do trabalho.

Essa forma de funcionamento da austeridade e endividamento trouxe consequências significativas para o mundo do trabalho (Behring, 2023) complementa que o neoliberalismo atuou reduzindo o peso dos salários na renda nacional, dividindo a classe trabalhadora e intensificando as formas de precarização.

Entre 2012 e 2015 firmou-se o diagnóstico de que a economia mundial havia adentrado em uma fase de “estancamento secular” o crescimento do PIB continuou baixo, os investimentos produtivos foram diminuídos e a produtividade decaiu de maneira persistente. A partir de 2016 a crise passou a adotar contornos mais perceptíveis no plano político e geopolítico. De acordo com (Tonelo, 2019) encontra-se nesse período o crescimento de projetos nacionalistas e protecionistas, a exemplo da eleição de Donald Trump nos Estados unidos e pelo início da guerra comercial com a china.

Esses acontecimentos mostram não apenas uma reação ao esgotamento do modelo neoliberal de globalização, mas também uma disputa aberta ao que se refere as novas formas de hegemonia no sistema internacional. (Behring, 2023) acrescenta que no Brasil essa conjuntura se expressou na implementação de um ultra neoliberalismo que combinou o aprofundamento do ajuste fiscal, desmonte das políticas sociais e a ascensão de um aparato estatal repressivo que entrelaça as dimensões econômicas e políticas de um projeto de retrocesso.

Nesse sentido, a crise dos subprimes não deve ser tomada como um episódio isolado de instabilidade financeira, mas como o início de uma “década de aprofundamento da crise” com mais financeirização, austeridade, precarização do trabalho e intensificação das disputas geopolíticas. Conforme corroboram (Tonelo, 2019) e (Behring, 2023) as consequências da crise demonstram o caráter estrutural e prolongado das contradições do capitalismo contemporâneo, em que o fundo público é sistematicamente mobilizado em benefício do capital.

4 FUNDO PÚBLICO E A DISPUTA DE CLASSES

O fundo público se estabelece como elemento estratégico na reprodução do capital e na garantia ou negativa de direitos sociais. Para Salvador (2017), ele representa uma das formas de apropriação da mais-valia socialmente produzida através de tributos e contribuições. Parte desse fundo, ao ser convertida em orçamento, poderia ser utilizado de maneira redistributiva, financiando políticas sociais universais e fortalecendo a seguridade social. Todavia, em um cenário de hegemonia neoliberal, o orçamento público é cada vez mais capturado para assegurar a valorização do capital, sobretudo através do pagamento da dívida pública (Salvador, 2017).

Ainda nesse sentido Pereira (2019) assinala que o orçamento público expressa a correlação de forças contemporâneas na sociedade. A seara do orçamento se faz como um espaço político em que se disputa quem terá acesso aos recursos e a quem ele será restringido. Na realidade brasileira predomina um padrão de alocação que dá prioridade a formação de superávits primários, destinados quase que integralmente ao serviço da dívida pública, em substituição do financiamento das políticas sociais. Esse cenário traz à tona que o fundo público, ao contrário de cumprir sua função social, é utilizado como mecanismo de garantia da reprodução do capital financeiro (Pereira, 2019).

O autor (Salvador, 2017) aponta que o recurso sistemático a mecanismos como a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a restrição com os gastos sociais confirmam a predileção do capital rentista sobre as demandas da classe trabalhadora. Isso resulta no achatamento do orçamento da seguridade social e o gradativo enfraquecimento de políticas sociais como a saúde, a assistência social e a previdência. Dessa maneira, o orçamento, que poderia ser condutor de redistribuição, torna-se instrumento de aprofundamento das desigualdades sociais, políticas e econômicas.

O redirecionamento do orçamento precisa ser entendido como parte de um processo estrutural de expropriação no capitalismo contemporâneo. A austeridade fiscal e as reformas neoliberais funcionam como maneiras renovadas de delimitar ou proteger seu espaço, transferindo recursos coletivos para a iniciativa privada (Fontes, 2021). Essa lógica não acontece de forma isolada, mas faz parte da estrutura, e fica mais evidente, especialmente em momentos de crise, quando a apropriação do orçamento pelo capital se intensifica. A relação entre esses fatores mostra que o orçamento público, ao invés de servir como uma ferramenta para promover um planejamento democrático, acabou se tornando um mecanismo subordinado a lógica do capital financeiro. Como afirmam os autores Salvador (2017) e Pereira (2019), a função social é corroída pela prioridade dada ao giro da dívida pública e à geração de superávits primários.

No Brasil esse processo ultraneoliberal pode ser exemplificado pelo teto de gastos impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016 que solidificou a lógica da austeridade, conferindo limites

intransigentes à expansão do gasto social por vinte anos, ao mesmo tempo em que protegeu os mecanismos de transferência de recursos ao capital rentista. Segundo o autor Salvador (2017), refere-se a uma consolidação da prioridade absoluta do capital sobre o trabalho, que submete gerações inteiras à subtração de direitos.

Dito isso, o fundo público canalizado na forma de orçamento, está em disputa permanente, figura-se espaço estratégico na luta de classes. A maneira como é apossado e redistribuído revela o papel do Estado na crise do capital: ao contrário de intermediar em favor da universalização dos direitos, atua como promotor da austeridade e da financeirização. Assim, Pereira (2019) e Salvador (2017) descrevem que o orçamento público, em tempos de ultraneoliberalismo, torna-se ponto central na reprodução ampliada do capital, conformando uma expropriação permanente dos direitos da classe trabalhadora.

Na etapa atual de financeirização, essa contradição na luta de classes adquire novas formas. O autor Pereira (2019) defende que a mercantilização dos serviços sociais, como saúde, previdência e educação, transforma direitos historicamente conquistados em espaços para valorização do capital. Esse processo de "supercapitalização" desloca gradualmente a oferta pública para o mercado, transformando direitos em mercadorias (Pereira, 2019, p. 70)

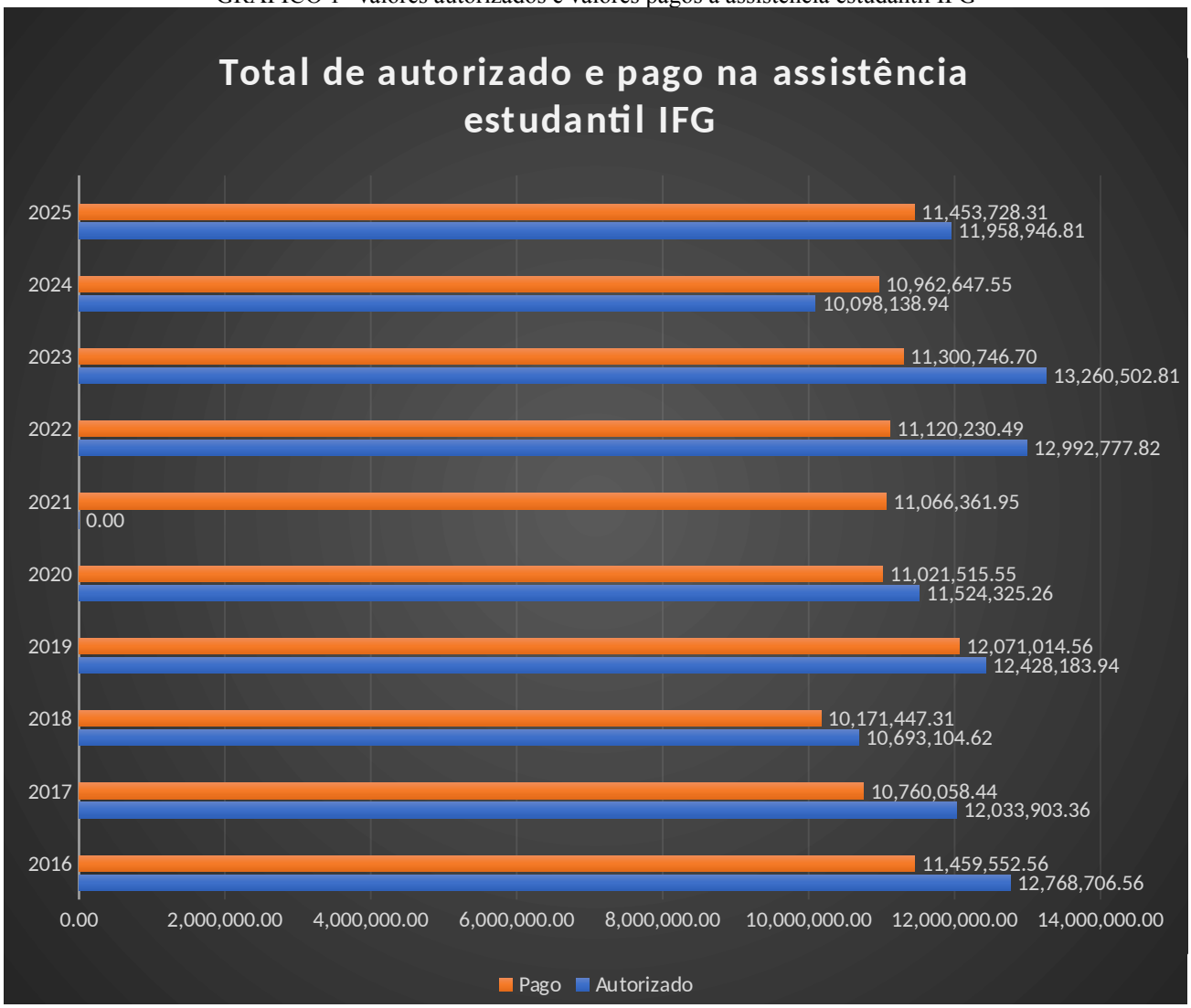
5 FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFG

Buscando melhor compreender como o impacto do ajuste fiscal tem reverberado na política de assistência estudantil do IFG-Goiás, realizamos uma pesquisa no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos - SIGA Brasil - desde os anos de 2016 até 2025 para estudarmos de forma detalhada como aparecem os recursos autorizados e os recursos pagos anualmente a esta instituição no que tange à assistência estudantil.

Inicialmente, será analisada, em termos gerais, a destinação de recursos ao Instituto Federal de Goiás (IFG) e, posteriormente, de forma específica, ao seu Câmpus Aparecida de Goiânia. O IFG é constituído por 14 câmpus distribuídos em todo o território do estado de Goiás, entre os quais se insere o referido campus. Após o recebimento do montante global, a instituição realiza a distribuição interna dos recursos entre seus campus, conforme critérios institucionais estabelecidos.

Cabe ainda ressaltar que existe uma diferença entre o que é autorizado (IPCA) e o valor final pago (IPCA), muitas vezes sendo executado com valores abaixo do autorizado. O gráfico abaixo demonstra esse comparativo:

GRÁFICO 1- Valores autorizados e valores pagos à assistência estudantil IFG



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGA Brasil (2016–2025)[1]

Foi possível apreender que os recursos destinados a essa política não sofrem grandes impactos, permanecendo sua destinação entre R$ 10.098.138,94 e R$ 13.260.502,81 durante todo período pesquisado. O Ano que recebeu mais destinação de recursos autorizados foi em 2023 e o ano que teve maior valor de recursos pagos foi em 2019 com R$ 12.071.014,56 reais. O único ano que executou acima do valor autorizado foi em 2024, correspondendo a R$ 864.508,61 a mais.

Fazendo ainda uma análise dos valores recebidos pelo IFG à assistência estudantil no se refere ao contexto político, observa-se que não há mudanças significativas no que condiz ao aumento ou diminuição do recurso destinado a assistência estudantil, mesmo que esses períodos analisados perpassem por diferentes Governos, sendo eles mais progressistas ou mais conservadores. Nos anos de 2017 e 2018, vigência do governo Michel Temer - que assume a presidência após um golpe -,

[1] Registra-se que não foram encontrados nas buscas do sistema SIGA Brasil (a fonte desse estudo) o valor referente ao autorizado no ano de 2021, motivo pelo qual o quantitativo não figura no gráfico.

representam os anos que menos pagaram recursos para a política de assistência estudantil no IFG, o que volta a se repetir em 2024, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Surpreendentemente, o ano que mais pagou foi o de 2019, período de governo de Jair Messias Bolsonaro.

Afunilando para a realidade dos recursos pagos à assistência estudantil no Campus Aparecida de Goiânia, assim se apresentaram:

GRÁFICO 2 – Valores pagos ao Campus Aparecida de Goiânia 2016-2025

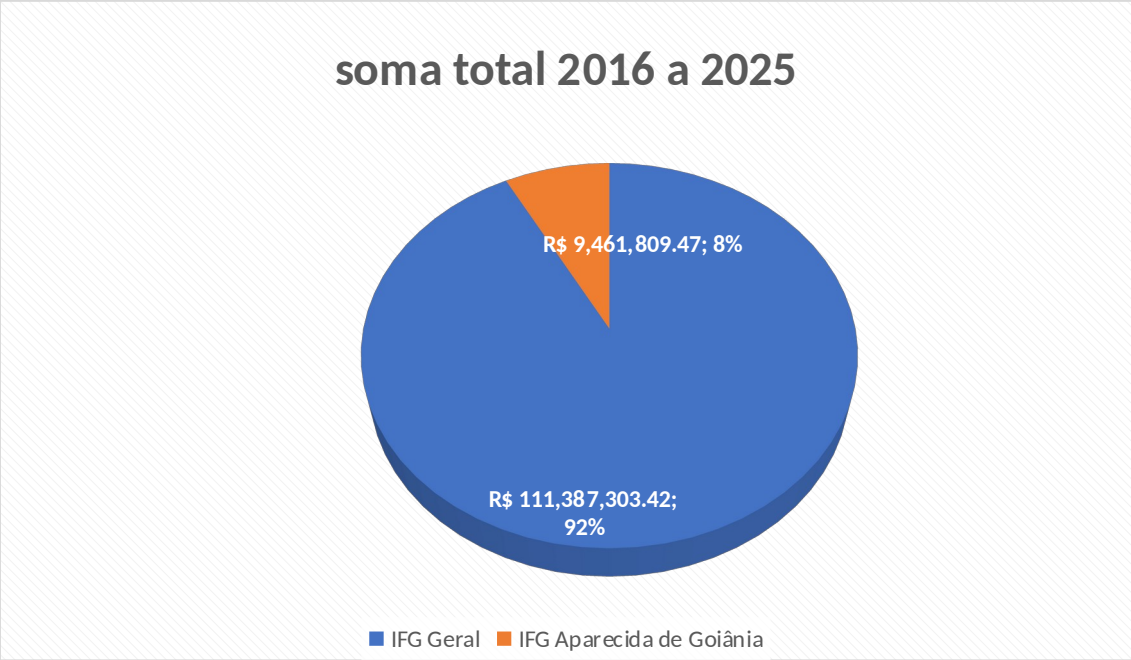


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGA Brasil (2016–2025)

O gráfico acima representa os valores recebidos pelo IFG - Campus Aparecida de Goiânia dentre os anos pesquisados, 2016 a 2025, na maioria dos anos, os valores desse campus, assim como o orçamento geral do IFG Goiás, mantiveram-se lineares durante os anos, com exceção de 2016 e 2024 que tiveram um corte considerável nos recursos recebidos.

A soma dos valores recebidos pelo IFG Goiás durante todos os anos pesquisados resulta em R$ 111.387.303,42, e a soma de todos os valores repassados, neste mesmo período, ao IFG – Campus Aparecida de Goiânia foi de R$ 9.461.809,47, o que permite analisar que a quantia de recursos percebidos por esse campus representa em média uma fatia de 8,49% do orçamento geral destinado a assistência estudantil no âmbito do IFG.

GRÁFICO 3 – Soma total de todos os recursos de 2016 a 2025



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGA Brasil (2016–2025)

É necessário em futuras pesquisas observar a quantidade de alunos ingressantes no IFG no âmbito geral e na particularidade do campus Aparecida de Goiânia para correlacionar se essa massa de recurso foi repartida entre mais ou menos alunos, se houve anos com mais ou menos ingressantes enquanto o orçamento manteve-se praticamente estagnado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada ao longo deste artigo permite afirmar que o ajuste fiscal ultraneoliberal, longe de constituir um instrumento meramente técnico de gestão das contas públicas, também se faz como uma estratégia política de reconfiguração do papel do Estado em favor da acumulação do capital, particularmente em sua forma financeirizada. Ao retomar o percurso histórico desde a crise do regime fordista-keynesiano até a consolidação da hegemonia neoliberal, evidenciou-se que a redução dos gastos com o social e a imposição de políticas de austeridade fiscal não representam respostas inevitáveis às crises do capitalismo, mas sim escolhas orientadas por interesses de classe que subordinam o orçamento público às exigências do capital rentista.

Nesse sentido, a política de assistência estudantil, enquanto intervenção fundamental no acesso e permanência de estudantes das classes trabalhadoras na educação pública, insere-se de forma contraditória nesse cenário. Por um lado, afirma-se como direito social e mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais/educacionais; por outro, sofre as implicações diretas da restrição orçamentária e da lógica de contenção de gastos.

Os dados analisados no âmbito do Instituto Federal de Goiás revelam uma superficial estabilidade nominal dos recursos destinados à assistência estudantil, porém tal estabilidade, quando não acompanhada da ampliação proporcional frente ao aumento das demandas sociais e ao custo de vida, traduz-se, na prática, em perda real de capacidade de atendimento aos estudantes e em intensificação dos processos seletivos e restritivos para acesso aos benefícios e auxílios financeiros que visam a permanência e êxito no âmbito da rede federal de ensino.

Dessa forma, a relativa linearidade dos investimentos, independentemente das alternâncias governamentais, assinala que a política fiscal restritiva se mantém como eixo estruturante do Estado brasileiro contemporâneo, evidenciando os limites das disputas institucionais quando não confrontam a lógica macroeconômica dominante. Tal constatação reforça a tese de que o orçamento público constitui um terreno privilegiado da luta de classes, no qual se define, concretamente, quem terá acesso aos recursos socialmente produzidos.

Diante disso, os profissionais que atuam na política de assistência estudantil precisam se defrontam com o desafio de que não se trata apenas de operacionalizar programas focalizados sob condições cada vez mais restritivas, mas de tensionar criticamente os fundamentos que orientam o financiamento das políticas sociais. Isso implica fortalecer a produção de conhecimento crítico, ampliar a transparência e o controle social sobre o orçamento público e articular formas coletivas de resistência que ultrapassem a fragmentação das lutas setoriais.

Por fim, reafirma-se que a defesa da assistência estudantil como direito exige a superação da lógica fiscalista que a subordina aos limites do ajuste. Tal defesa passa necessariamente pela disputa do fundo público e pela construção de um projeto societário que coloque no centro a universalização dos direitos e a valorização da vida, em contraposição à primazia do capital financeiro. Assim, mais do que uma política compensatória, a assistência estudantil deve ser compreendida como parte integrante de um projeto de educação pública, gratuita e socialmente referenciada, comprometido com a emancipação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência. *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 51, p. 28–43, jan./abr. 2023. DOI: 10.12957/rep.2023.72461.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Gabriela Cristina C. Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 17, p. 5-27, jun. 2005.

FONTES, Virgínia. Expropriações contemporâneas e lutas sociais. *Boletim da Luta*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 1-15, 2021.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Crise do capital, ofensiva neoliberal e intensificação da questão social no Brasil. Serviço Social & Sociedade, n. 104, p. 635-656, out./dez. 2010.

PAULANI, Leda. A crise capitalista e suas formas contemporâneas. Revista de Economia Contemporânea, v. 13, n. 2, p. 267-297, maio/ago. 2009.

PEREIRA, Gênesis de Oliveira. *O fundo público na era das contrarreformas: uma análise crítica da austeridade fiscal e seus impactos nos direitos sociais no Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PRUDENCIO, Kelly; ARAUJO, Carla. Fundo público e o financiamento da política de assistência social no Brasil. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 1-21, 2024.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público, seguridade social e política fiscal no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 130, p. 547-570, out./dez. 2017.

SIGA Brasil Painel especialista. Disponível em: https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelEspecialista.qvw&host=QVS%40www9a&anonymous=true. Acesso em 11/01/2026 às 15h52.

TONELO, Iuri. *A crise do capital e seus efeitos: a nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ZULATO, Murilo Sanchez. Neoliberalismo no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2010, Maringá. *Anais.*Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.